

**Prefeitura Municipal de Montanha  
Estado do Espírito Santo**

**Lei nº 667/2007  
Código Municipal de Meio Ambiente**

**Prefeito: Hércules Favarato**

**Prefeitura Municipal de Montanha**  
**Estado do Espírito Santo**

Lei n° 667

O Prefeito Municipal de **Montanha**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**Livro I**

**PARTE GERAL**

**Título I**

**DA POLÍTICA AMBIENTAL**

**Capítulo I**

**DOS PRINCÍPIOS**

**Art. 1°** - Este Código, fundamentado no interesse local, regula a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

**Art. 2°** - A Política Municipal de Meio Ambiente é orientada pelos seguintes princípios:

**I** - a promoção do desenvolvimento integral do ser humano;

- II** - a racionalização do uso dos recursos ambientais, naturais ou não;
- III** - a proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- IV** - o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- V** - a função social e ambiental da propriedade;
- VI** - a obrigação de recuperar áreas degradadas e indenizar pelos danos causados ao meio ambiente;
- VII** - garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente;
- VIII** - a proteção do desenvolvimento econômico em consonância com sustentabilidade ambiental;
- IX** - a proteção de espaços territoriais e ecossistemas significativos para o Município e criação de unidades de conservação e áreas verdes especiais, ou, seu reconhecimento, quando de domínio privado;
- X** - a educação sobre questões ambientais, com a finalidade de despertar o sentido de conscientização para a proteção e melhoria do meio ambiente;
- XI** - a integração com as políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e a cooperação com órgãos da União, do Estado, de outros municípios e da sociedade para o desenvolvimento de ações proteção e solução de problemas ambientais;

**Capítulo II**  
**DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º - São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:**

**I - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos órgãos e entidades do Município, com aqueles dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;**

**II - articular e integrar ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;**

**III - identificar e caracterizar os ecossistemas do Município, definindo as funções específicas de seus componentes, as fragilidades, as ameaças, os riscos e os usos compatíveis;**

**IV - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos ambientais, naturais ou não;**

**V - controlar a produção, extração, comercialização, transporte e o emprego de materiais, bens e serviços, métodos e técnicas que comportem risco para a vida ou comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;**

**VI - estabelecer normas, critérios e padrões de emissão de efluentes e de qualidade ambiental, bem como normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, naturais ou não, adequando-os permanentemente em face da lei e de inovações tecnológicas;**

**VII - estimular a aplicação da melhor tecnologia disponível para a constante redução dos níveis de poluição;**

**VIII - preservar e conservar as áreas protegidas no Município;**

**IX** - estimular o desenvolvimento de pesquisas e uso adequado dos recursos ambientais, naturais ou não;

**X** - promover a educação ambiental na sociedade e especialmente na rede de ensino municipal;

**XI** - promover o zoneamento ambiental;

**XII** - criar mecanismos de incentivo e estímulo às atividades e ações de proteção e conservação do meio ambiente;

**XIII** - responsabilizar os degradadores da qualidade ambiental no Município, mediante a obrigação de recuperar os danos causados ao meio ambiente.

### **Capítulo III**

#### **DOS INSTRUMENTOS**

**Art. 4º** - São instrumentos da política municipal de meio ambiente:

**I** - zoneamento ambiental;

**II** - criação de espaços territoriais especialmente protegidos;

**III** - estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;

**IV** - avaliação de impacto ambiental;

**V** - licenciamento ambiental;

**VI** - auditoria ambiental;

**VII** - monitoramento ambiental;

- VIII - sistema municipal de informações e cadastros ambientais;
- IX - Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- X - Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes;
- XI - educação ambiental;
- XII - mecanismos de benefícios e incentivos, para preservação e conservação dos recursos ambientais, naturais ou não;
- XIII - fiscalização ambiental;
- XIV - a outorga, mediante a cobrança de tarifas, de uso e derivação quaisquer recursos ambientais
- XV - o Relatório de Qualidade Ambiental;
- XVI - os convênios, acordos, termos de compromisso, consórcios ou outras formas de gerenciamento ou proteção dos recursos ambientais.

#### Capítulo IV

#### DOS CONCEITOS GERAIS

Art. 5º - São os seguintes os conceitos gerais para fins e efeitos deste Código:

- I - meio ambiente: a interação de elementos naturais e criados, sócio-econômicos e culturais, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- II - ecossistemas: conjunto integrado de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis. É uma totalidade

integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito à sua composição, estrutura e função;

**III** - degradação ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

**IV** - poluição: a alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas ou fatores naturais que direta ou indiretamente:

- a) prejudicam a saúde, a segurança ou o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas ao desenvolvimento sócio-econômico;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- e) afetem as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

**V** - poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável, por atividade causadora de poluição ou degradação efetiva ou potencial;

**VI** - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, a fauna e a flora;

**VII** - proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza;

**VIII** - preservação: proteção integral do atributo natural, admitindo apenas seu uso indireto;

**IX** - conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo-se a biodiversidade;

**X** - manejo: técnica de utilização racional e controlada de recursos ambientais mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza;

**XI** - gestão ambiental: tarefa de administrar e controlar os usos sustentados dos recursos ambientais, naturais ou não, por instrumentação adequada - regulamentos, normatização e investimentos públicos - assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social e econômico em benefício do meio ambiente;

**XII** - Áreas de Preservação Permanente: porções do território municipal, de domínio público ou privado, destinadas à preservação de suas características ambientais relevantes, assim definidas em lei;

**XIII** - Unidades de Conservação: parcelas do território municipal, incluindo as áreas com características ambientais relevantes de domínio público ou privado legalmente constituídas ou reconhecidas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção;

**XIV** - Áreas Verdes Especiais: áreas representativas de ecossistemas criado pelo Poder Público por meio de florestamento em terra de domínio público ou privado.

## **Título II**

### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SIMMA**



**Capítulo I**  
**DA ESTRUTURA**

**Art. 6º** - O Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMMA, é o conjunto de órgãos e entidades públicas e privadas integrados para a preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município, consoante o disposto neste Código.

**Art. 7º** - Integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente:

**I** - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, órgão de coordenação, controle e execução da política ambiental;

**II** - Conselho Municipal Meio Ambiente - COMEA, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo da política ambiental;

**III** - organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;

**IV** - outras secretarias do Município, definidas em ato do Poder Executivo.

**Art. 8º** - Os órgãos e entidades que compõem o SIMMA atuarão de forma harmônica e integrada, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

**Capítulo II**  
**DO ÓRGÃO EXECUTIVO**

**Art. 9º** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo é o órgão de coordenação, controle e

execução da política municipal de meio ambiente, com as atribuições e competência definidas neste Código.

**Art. 10** - São atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo:

- I** - participar do planejamento das políticas públicas do Município;
- II** - elaborar o Plano de Ação de Meio Ambiente e a respectiva proposta orçamentária;
- III** - coordenar as ações dos órgãos integrantes do SIMMA;
- IV** - exercer o controle, o monitoramento e a avaliação dos recursos naturais do Município;
- V** - realizar o controle e o monitoramento das atividades produtivas e dos prestadores de serviços quando potencial ou efetivamente poluidores ou degradadores do meio ambiente;
- VI** - manifestar-se mediante estudos e pareceres técnicos sobre questões de interesse ambiental para a população do Município;
- VII** - implementar através do Plano de Ação, as diretrizes da política ambiental municipal;
- VIII** - promover a educação ambiental;
- IX** - articular-se com organismos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais - ONG's, para a execução coordenada e a obtenção de financiamentos para a implantação de programas relativos à preservação, conservação e recuperação dos recursos ambientais, naturais ou não;

- X** - coordenar a gestão do FUNDAMBIENTAL, nos aspectos técnicos, administrativos e financeiros, segundo as diretrizes fixadas pelo COMEA;
- XI** - apoiar as ações das organizações da sociedade civil que tenham a questão ambiental entre seus objetivos;
- XII** - propor a criação e gerenciar as unidades de conservação, implementando os planos de manejo;
- XIII** - recomendar ao Conselho normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do Município;
- XIV** - licenciar a localização, a instalação, a operação e a ampliação das obras e atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
- XV** - desenvolver com a participação dos órgãos e entidades do SIMMA, o zoneamento ambiental;
- XVI** - fixar diretrizes ambientais para elaboração de projetos de parcelamento do solo urbano, bem como para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos;
- XVII** - coordenar a implantação do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes e promover sua avaliação e adequação;
- XVIII** - promover as medidas administrativas e requerer as judiciais cabíveis para coibir, punir e responsabilizar os agentes poluidores e degradadores do meio ambiente;
- XIX** - atuar em caráter permanente, na recuperação de áreas e recursos ambientais poluídos ou degradados;

**XX** - fiscalizar as atividades produtivas e comerciais de prestação de serviços e o uso de recursos ambientais pelo Poder Público e pelo particular;

**XXI** - exercer o poder de polícia administrativa para condicionar e restringir o uso e gozo dos bens, atividades e direitos, em benefício da preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

**XXII** - determinar a realização de estudos prévios de impacto ambiental;

**XXIII** - dar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;

**XXIV** - dar apoio técnico e administrativo ao Ministério Público, nas suas ações institucionais em defesa do Meio Ambiente;

**XXV** - elaborar projetos ambientais;

**XXVI** - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração.

### Capítulo III DO ÓRGÃO COLEGIADO

**Art. 11** - O Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMEA é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMMA.

**Art. 12** - São atribuições do COMEA:

**I** - definir a política ambiental do Município, aprovar o plano de ação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Agroturismo e acompanhar sua execução;

- II** - aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do município, observadas as legislações estadual e federal;
- III** - aprovar os métodos e padrões de monitoramento ambiental desenvolvidos pelo Poder Público e pelo particular;
- IV** - conhecer dos processos de licenciamento ambiental do Município;
- V** - analisar a proposta de projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo, antes de ser submetida à deliberação da Câmara Municipal;
- VI** - estabelecer critérios básicos e fundamentados para a elaboração do zoneamento ambiental, podendo referendar ou não a proposta encaminhada pelo órgão ambiental municipal competente;
- VII** - apresentar sugestões para a reformulação do Plano Diretor Urbano no que concerne às questões ambientais;
- VIII** - propor a criação de unidade de conservação;
- IX** - examinar matéria em tramitação na administração pública municipal, que envolva questão ambiental, a pedido do Poder Executivo, de qualquer órgão ou entidade do SIMMA, ou por solicitação da maioria de seus membros;
- X** - propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;
- XI** - fixar as diretrizes de gestão do FUNDAMBIENTAL;

**XII** - decidir em última instância administrativa sobre recursos relacionados a atos e penalidades aplicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**XIII** - acompanhar e apreciar, quando solicitado, os licenciamentos ambientais.

**Art. 13** - As sessões plenárias do COMEA serão sempre públicas, permitida a manifestação oral de representantes de órgãos, entidades e empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pela maioria dos conselheiros.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O quorum das Reuniões Plenárias do COMEA será de 1/3 (um terço) de seus membros para abertura das sessões e de maioria simples para deliberações.

**Art. 14** - O COMEA terá a seguinte composição:

**I** - um representante da Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**II** - um representante do Secretário Municipal de Saúde;

**III** - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

**IV** - um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

**V** - um represenante da Secretria Municipal de Educação e Cultura;

**VI** - um representante da Assessoria Jurídica do Município;

**VII** - um representante das Instituições do Ensino Superiores do Município;

**VIII** - um representante de Lideranças Comunitárias;

**IX** - um representante da Comunidade Escolar;

**X** - um representante dos órgãos INCAPER/IDAF;

**XI** - um representante da Escola Família Agrícola;

**XII** - um representante do Segmento de Comerciantes;

**XIII** - um representante do Sindicato Municipal dos Trabalhadores Rurais de **Montanha**;

§ 1º - O COMEA será presidido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

§ 2º - O Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo exercerá seu direito de voto, em casos de empate.

§ 3º - Os representantes das entidades não governamentais, sediadas no Município e legalmente constituídas, deverão ser escolhidos em assembléia geral por estas formalmente realizadas.

§ 4º - Os membros do COMEA e seus respectivos suplentes serão indicados pelas entidades nele representadas e designadas por ato do Prefeito Municipal, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução.

§ 5º - O mandato para membro do COMEA será gratuito e considerado serviço relevante para o Município.

**Art. 15** - O COMEA deverá dispor de câmaras especializadas como órgãos de apoio técnico às suas ações consultivas, deliberativas e normativas.

**Art. 16** - O Presidente do COMEA, de ofício ou por indicação dos membros das Câmaras Especializadas, poderá convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimentos sobre matéria em exame.

**Art. 17** - O COMEA manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

**Art. 18** - O COMEA, a partir de informação ou notificação de medida ou ação causadora de impacto ambiental, diligenciará para que o órgão competente providencie sua apuração e determine as providências cabíveis.

**Art. 19** - A estrutura necessária ao funcionamento do COMEA será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

**Art. 20** - Os atos do COMEA são de domínio público e serão amplamente divulgados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

#### **Capítulo IV**

##### **DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**

**Art. 21** - As entidades não governamentais - ONG's, são instituições da sociedade civil organizada que têm entre seus objetivos a atuação na área ambiental.

#### **Capítulo V**

##### **DAS SECRETARIAS AFINS**

**Art. 22** - As secretarias afins são aquelas que desenvolvem atividades que interferem direta ou indiretamente sobre a área ambiental.



**Título III**  
**DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

**Capítulo I**  
**NORMAS GERAIS**

**Art. 23** - Os instrumentos da política municipal de meio ambiente, elencados no título I, capítulo III, deste Código, serão definidos e regulados neste título.

**Art. 24** - Cabe ao Município a implementação dos instrumentos da política municipal de meio ambiente, para a perfeita consecução dos objetivos definidos no título I, capítulo II, deste Código.

**Capítulo II**  
**DO ZONEAMENTO AMBIENTAL**

**Art. 25** - O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular atividades bem como definir ações para a proteção e melhoria da qualidade do ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O Zoneamento Ambiental será definido por Lei e , podendo o Poder Executivo alterar os seus limites, ouvido o COMEA.

**Art. 26** - As zonas ambientais do Município são:

**I** - Zonas de Unidades de Conservação - ZUC: áreas sob regulamento das diversas categorias de manejo;

**II** - Zonas de Proteção Ambiental - ZPA: áreas protegidas por instrumentos legais diversos e de suscetibilidade do meio a riscos relevantes;

**III** - Zonas de Proteção Paisagística - ZPP: áreas de proteção de paisagem com características excepcionais de qualidade e fragilidade visual;

**IV** - Zonas de Recuperação Ambiental - ZRA: áreas em estágio significativo de degradação, onde é exercida a proteção temporária e desenvolvidas ações visando a recuperação induzida ou natural do ambiente, com o objetivo de integrá-la às zonas de proteção;

**V** - Zonas de Controle Especial - ZCE: demais áreas do Município submetidas a normas próprias de controle e monitoramento ambiental, em função de suas características peculiares.

### **Capítulo III**

#### **DOS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS**

**Art. 27** - Os espaços territoriais especialmente protegidos, sujeitos a regime jurídico especial, são os definidos neste capítulo, cabendo ao Município sua delimitação, quando não definidos em lei.

**Art. 28** - São espaços territoriais especialmente protegidos:

**I** - as áreas de preservação permanente;

**II** - as unidades de conservação;

**III** - as áreas verdes públicas e particulares, com vegetação relevante ou florestada;

IV - morros e montes;

#### Seção I

#### DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Art. 29 - São áreas de preservação permanente:

I - a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas a erosão e ao deslizamento;

II - as nascentes, as matas ciliares e as faixas marginais de proteção das águas superficiais;

III - as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias;

IV - as elevações rochosas de valor paisagístico e a vegetação rupestre de significativa importância ecológica;

V - as demais áreas declaradas por lei.

#### Seção II

#### DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS DE DOMÍNIO PRIVADO

Art. 30 - As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público e definidas dentre outras, segundo as seguintes categorias:

I - estação ecológica;

II - reserva ecológica;

**III** - parque municipal;

**IV** - monumento natural;

**V** - área de proteção ambiental.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Deverá constar no ato do Poder Público a que se refere o *caput* deste artigo diretrizes para a regularização fundiária, demarcação e fiscalização adequada, bem como a indicação da respectiva área do entorno.

**Art. 31** - As unidades de conservação constituem o Sistema Municipal de Unidades de Conservação, o qual deve ser integrado aos sistemas estadual e federal.

**Art. 32** - A alteração adversa, a redução da área ou a extinção de unidades de conservação somente será possível mediante lei municipal.

**Art. 33** - O Poder Público poderá reconhecer, na forma da lei, unidades de conservação de domínio privado.

### **Seção III**

#### **DAS ÁREAS VERDES**

**Art. 34** - As Áreas Verdes Públicas e as Áreas Verdes Especiais serão regulamentadas por ato do Poder Público Municipal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo definirá e o COMEA aprovará as formas de reconhecimento de Áreas Verdes e de Unidades de Conservação de domínio particular, para fins de integração ao Sistema Municipal de Unidades de Conservação.

**Seção IV**  
**DOS MORROS E MONTES**

**Art. 35** - Os morros e montes são áreas que compõem as zonas de proteção ambiental ou paisagística, definidas pelo zoneamento ambiental.

**Seção V**  
**DOS AFLORAMENTOS ROCHOSOS**

**Art. 36** - Os afloramentos rochosos do Município de **Montanha** são áreas de proteção paisagística.

**Capítulo IV**  
**DOS PADRÕES DE EMISSÃO E DE QUALIDADE AMBIENTAL**

**Art. 37** - Os padrões de qualidade ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis no ambiente para cada poluente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral.

§ 1º - Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

§ 2º - Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos.

**Art. 38** - Padrão de emissão é o limite máximo estabelecido para lançamento de poluente por fonte emissora que, ultrapassado, poderá afetar a saúde, a segurança e o bem-

estar da população, bem como ocasionar danos à fauna, à flora, às atividades econômicas e ao meio ambiente em geral.

**Art. 39** - Os padrões e parâmetros de emissão e de qualidade ambiental são aqueles estabelecidos pelos Poderes Públicos Estadual e Federal, podendo o COMEA estabelecer padrões mais restritivos ou acrescentar padrões para parâmetros não fixados pelos órgãos estadual e federal, fundamentados em parecer consubstanciado encaminhado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

#### **Capítulo V**

#### **DA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Art. 40** - Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- I** - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II** - as atividades sociais e econômicas;
- III** - a biota;
- IV** - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V** - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;
- VI** - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

**Art. 41** - A avaliação de impacto ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público Municipal que possibilita a análise e

interpretação de impactos sobre a saúde, o bem-estar da população, a economia e o equilíbrio ambiental, compreendendo:

**I** - a consideração da variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto referido no *caput*;

**II** - a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a implantação de empreendimentos ou atividades, na forma da lei.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A variável ambiental deverá incorporar o processo de planejamento das políticas, planos, programas e projetos como instrumento decisório do órgão ou entidade competente.

**Art. 42** - É de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo a exigência do EPIA/RIMA para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente degradadora do meio ambiente no Município bem como sua deliberação final.

§ 1º - O EPIA/RIMA poderá ser exigido na ampliação da atividade mesmo quando o RIMA já tiver sido aprovado.

§ 2º - Caso haja necessidade de inclusão de pontos adicionais ao Termo de Referência, tais inclusões deverão estar fundamentadas em exigência legal ou, em sua inexistência, em parecer técnico consubstanciado, emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo deve manifestar-se conclusivamente no âmbito de sua competência sobre o EPIA/RIMA, em até 180 dias a

contar da data do recebimento, excluídos os períodos dedicados à prestação de informações complementares.

**Art. 43** - O EPIA/RIMA, além de observar os demais dispositivos deste Código, obedecerá as seguintes diretrizes gerais:

- I - contemplar todas as alternativas tecnológicas apropriadas e alternativas de localização do empreendimento, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo;
- II - definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos;
- III - realizar o diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, com completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da região, antes da implantação do empreendimento;
- IV - identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais que serão gerados pelo empreendimento nas suas fases de planejamento, pesquisa, instalação, operação ou utilização de recursos ambientais;
- V - considerar os planos e programas governamentais existentes e a implantação na área de influência do empreendimento e a sua compatibilidade;
- VI - definir medidas redutoras para os impactos negativos bem como medidas potencializadoras dos impactos positivos decorrentes do empreendimento;
- VII - elaborar programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando a frequência, os fatores e parâmetros a serem considerados, que devem ser mensuráveis e ter interpretações inequívocas.



**Art. 44** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo deverá elaborar ou avaliar os termos de referência em observância com as características do empreendimento e do meio ambiente a ser afetado, cujas instruções orientarão a elaboração do EPIA/RIMA, contendo prazos, normas e procedimentos a serem adotados.

**Art. 45** - O diagnóstico ambiental, assim como a análise dos impactos ambientais, deverão considerar o meio ambiente da seguinte forma:

I - meio físico: o solo, o subsolo, as águas, o ar e o clima, com destaque para os recursos minerais, a topografia, a paisagem, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas e as correntes atmosféricas;

II - meio biológico: a flora e a fauna, com destaque para as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção, em extinção e os ecossistemas naturais;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - No diagnóstico ambiental, os fatores ambientais devem ser analisados de forma integrada mostrando a interação entre eles e a sua interdependência.

**Art. 46** - O EPIA será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente, sendo aquela responsável legal e tecnicamente pelos resultados apresentados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O COMEA poderá, em qualquer fase de elaboração ou apreciação do EPIA/RIMA, mediante voto fundamentado aprovado pela maioria absoluta de seus membros, declarar a inidoneidade da equipe multidisciplinar ou de técnico

componente, recusando, se for o caso, os levantamentos ou conclusões de sua autoria.

**Art. 47** - O RIMA refletirá as conclusões do EPIA de forma objetiva e adequada a sua ampla divulgação, sem omissão de qualquer elemento importante para a compreensão da atividade e conterá, no mínimo:

**I** - os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

**II** - a descrição do projeto de viabilidade (ou básico) e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação, a área de influência, as matérias-primas, a mão-de-obra, as fontes de energia, demanda de água, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos e perdas de energia, e os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

**III** - a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambientais da área de influência do projeto;

**IV** - a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos, indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

**V** - a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;

**VI** - a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras, previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados e o grau de alteração esperado;

**VII** - o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

**VIII** - a recomendação quanto à alternativa mais favorável, conclusões e comentários de ordem geral.

§ 1º - O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão, e as informações nele contidas devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas e demais técnicas de comunicação visual, de modo que a comunidade possa entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as conseqüências ambientais de sua implementação.

§ 2º - O RIMA, relativo a projetos de grande porte, conterà obrigatoriamente:

**I** - a relação, quantificação e especificação de equipamentos sociais e comunitários e de infra-estrutura básica para o atendimento das necessidades da população, decorrentes das fases de implantação, operação ou expansão do projeto;

**II** - a fonte de recursos necessários à construção e manutenção dos equipamentos sociais e comunitários e a infra-estrutura.

**Art. 48** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo ao determinar a elaboração do EPIA e apresentação do RIMA, por sua iniciativa ou quando solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos munícipes, dentro de prazos fixados em lei, promoverá a realização de Audiência Pública para manifestação da população sobre o projeto e seus impactos sócio-econômicos e ambientais.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo procederá ampla publicação de edital, dando conhecimento e esclarecimento à população da importância do RIMA e dos locais e períodos onde estará à disposição para conhecimento, inclusive durante o período de análise técnica.

§ 2º - A realização da audiência pública deverá ser esclarecida e amplamente divulgada, com antecedência necessária à sua realização em local conhecido e acessível.

Art. 49 - A relação dos empreendimentos ou atividades que estarão sujeitas à elaboração do EPIA e respectivo RIMA, será definido por ato do Poder Executivo, ouvido o COMEA.

#### Capítulo VI

#### DO LICENCIAMENTO E DA REVISÃO

Art. 50 - A execução de planos, programas, obras, a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividade e o uso e exploração de recursos ambientais de qualquer espécie, de iniciativa privada ou do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou capazes, de qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento municipal, com anuência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 51 - As licenças de qualquer espécie de origem federal ou estadual não excluem a necessidade de licenciamento pelo órgão competente do SIMMA, nos termos deste Código.

Art. 52 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente expedirá as seguintes licenças:

**I** - Licença Municipal de Localização - LML;

**II** - Licença Municipal de Instalação - LMI;

**III** - Licença Municipal de Operação - LMO;

**IV** - Licença Municipal de Ampliação - LMA.

**Art. 53** - A Licença Municipal de Localização - LML, será requerida pelo proponente do empreendimento ou atividade, para verificação de adequação aos critérios do zoneamento ambiental.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para ser concedida a Licença Municipal de Localização, o COMEA poderá determinar a elaboração de EPIA/RIMA, nos termos deste Código e sua regulamentação.

**Art. 54** - A Licença Municipal de Instalação - LMI, a Licença Municipal de Operação - LMO e a Licença Municipal de Ampliação - LMA, serão requeridas mediante apresentação do projeto competente e do EPIA/RIMA, quando exigido.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo definirá elementos necessários à caracterização do projeto e aqueles constantes das licenças através de regulamento.

**Art. 55** - A LMI conterá o cronograma aprovado pelo órgão do SIMMA para implantação dos equipamentos e sistemas de controle, monitoramento, mitigação ou reparação de danos ambientais.

**Art. 56** - A LMO será concedida após concluída à instalação, verificada a adequação da obra e o cumprimento de todas as condições previstas na LMI.

**Art. 57** - O início de instalação, operação ou ampliação de obra ou atividade sujeita ao licenciamento ambiental sem a expedição da licença respectiva implicará na aplicação das penalidades administrativas previstas neste Código e a adoção das medidas judiciais cabíveis, sob pena de responsabilização funcional do órgão fiscalizador do SIMMA.

**Art. 58** - A revisão da LMO, independente do prazo de validade, ocorrerá sempre que:

**I** - a atividade colocar em risco a saúde ou a segurança da população, para além daquele normalmente considerado quando do licenciamento;

**II** - a continuidade da operação comprometer de maneira irremediável recursos ambientais não inerentes à própria atividade;

**III** - ocorrer descumprimento às condicionantes do licenciamento.

**Art. 59** - A renovação da LMO deverá considerar as modificações no zoneamento ambiental com o prosseguimento da atividade licenciada e a concessão de prazo para a adaptação, realocação ou encerramento da atividade.

**Art. 60** - O regulamento estabelecerá prazos para requerimento, publicação, prazo de validade das licenças emitidas e relação de atividades sujeitas ao licenciamento.

**Capítulo VII**  
**DA AUDITORIA AMBIENTAL**

**Art. 61** - Para os efeitos deste Código, denomina-se auditoria ambiental o desenvolvimento de um processo documentado de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas de funcionamento de atividades ou desenvolvimento de obras, causadores de impacto ambiental, com o objetivo de:

- I** - verificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição e degradação ambiental provocados pelas atividades ou obras auditadas;
- II** - verificar o cumprimento de normas ambientais federais, estaduais e municipais;
- III** - examinar a política ambiental adotada pelo empreendedor, bem como o atendimento aos padrões legais em vigor, objetivando preservar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida;
- IV** - avaliar os impactos sobre o meio ambiente causados por obras ou atividades auditadas;
- V** - analisar as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle das fontes poluidoras e degradadoras;
- VI** - Examinar, através de padrões e normas de operação e manutenção, a capacitação dos operadores e a qualidade do desempenho da operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente;
- VII** - identificar riscos de prováveis acidentes e de emissões contínuas, que possam afetar, direta ou indiretamente, a saúde da população residente na área de influência;

**VIII** - analisar as medidas adotadas para a correção de não conformidades legais detectadas em auditorias ambientais anteriores, tendo como objetivo a preservação do meio ambiente e a sadia qualidade de vida.

§ 1º - As medidas referidas no inciso VIII deste artigo deverão ter o prazo para a sua implantação, a partir da proposta do empreendedor, determinado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, a quem caberá, também, a fiscalização e aprovação.

§ 2º - O não cumprimento das medidas nos prazos estabelecidos na forma do parágrafo primeiro deste artigo, sujeitará a infratora às penalidades administrativas e às medidas judiciais cabíveis.

**Art. 62** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo poderá determinar aos responsáveis pela atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora a realização de auditorias ambientais periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nos casos de auditorias periódicas, os procedimentos relacionados à elaboração das diretrizes a que se refere o caput deste artigo deverão incluir a consulta aos responsáveis por sua realização e à comunidade afetada, decorrente do resultado de auditorias anteriores.

**Art. 63** - As auditorias ambientais serão realizadas por conta e ônus da empresa a ser auditada, por equipe técnica ou empresa de sua livre escolha, devidamente cadastrada no órgão ambiental municipal e acompanhadas, a critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, por servidor público, técnico da área de meio ambiente.



§ 1º - Antes de dar início ao processo de auditoria, a empresa comunicará à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, a equipe técnica ou empresa contratada que realizará a auditoria.

§ 2º - A omissão ou sonegação de informações relevantes descredenciarão os responsáveis para a realização de novas auditorias, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sendo o fato comunicado ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis.

**Art. 64** - Deverão, obrigatoriamente, realizar auditorias ambientais periódicas, as atividades de elevado potencial poluidor e degradador, entre as quais:

- I - atividades extratoras ou extrativistas de recursos naturais;
- II - as instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas;
- III - as instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos;
- IV - as instalações industriais, comerciais ou recreativas, cujas atividades gerem poluentes em desacordo com critérios, diretrizes e padrões normatizados.

§ 1º - para os casos previstos neste artigo, o intervalo máximo entre as auditorias ambientais periódicas será de 3 (três) anos.

§ 2º - sempre que constatadas infrações aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ao meio ambiente, deverão ser realizadas auditorias periódicas sobre os aspectos a eles relacionados, até a correção das irregularidades,

independentemente de aplicação de penalidade administrativa e da provocação de ação civil pública.

**Art. 65** - O não atendimento da realização da auditoria nos prazos e condições determinados, sujeitará a infratora à pena pecuniária, sendo essa, nunca inferior ao custo da auditoria, que será promovida por instituição ou equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, independentemente de aplicação de outras penalidades legais já previstas.

**Art. 66** - Todos os documentos decorrentes das auditorias ambientais, ressalvados aqueles que contenham matéria de sigilo industrial, conforme definido pelos empreendedores, serão acessíveis à consulta pública dos interessados nas dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, independentemente do recolhimento de taxas ou emolumentos.

### **Capítulo VIII**

#### **DO MONITORAMENTO**

**Art. 67** - O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais, com o objetivo de:

**I** - aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental e aos padrões de emissão;

**II** - controlar o uso e a exploração de recursos ambientais;

**III** - avaliar os efeitos de planos, políticas e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;

**IV** - acompanhar o estágio populacional de espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção e em extinção;

**V** - subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição;

**VI** - acompanhar e avaliar a recuperação de ecossistemas ou áreas degradadas;

**VII** - subsidiar a tomada de decisão quanto à necessidade de auditoria ambiental.

**Capítulo IX**  
**DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E**  
**CADASTROS AMBIENTAIS - SICA**

**Art. 68** - O Sistema Municipal de Informações e Cadastros Ambientais e o banco de dados de interesse do SIMMA, serão organizados, mantidos e atualizados sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo para utilização, pelo Poder Público e pela sociedade.

**Art. 69** - São objetivos do SICA entre outros:

**I** - coletar e sistematizar dados e informações de interesse ambiental;

**II** - coligir de forma ordenada, sistêmica e interativa os registros e as informações dos órgãos, entidades e empresas de interesse para o SIMMA;

**III** - atuar como instrumento regulador dos registros necessários às diversas necessidades do SIMMA;

IV - recolher e organizar dados e informações de origem multidisciplinar de interesse ambiental, para uso do Poder Público e da sociedade;

V - articular-se com os sistemas congêneres.

**Art. 70** - O SICA será organizado e administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo que proverá os recursos orçamentários, materiais e humanos necessários.

**Art. 71** - O SICA conterá unidades específicas para:

I - registro de entidades ambientalistas com ação no Município;

II - registro de entidades populares com jurisdição no Município, que incluam, entre seus objetivos, a ação ambiental;

III - cadastro de órgãos e entidades jurídicas, inclusive de caráter privado, com sede no Município ou não, com ação na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente;

IV - registro de empresas e atividades cuja ação, de repercussão no Município, comporte risco efetivo ou potencial para o meio ambiente;

V - cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços de consultoria sobre questões ambientais, bem como à elaboração de projeto na área ambiental;

VI - cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que cometeram infrações às normas ambientais incluindo as penalidades a elas aplicadas;

**VII** - organização de dados e informações técnicas, bibliográficas, literárias, jornalísticas e outras de relevância para os objetivos do SIMMA;

**VIII** - outras informações de caráter permanente ou temporário.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo fornecerá certidões, relatório ou cópia dos dados e proporcionará consulta às informações de que dispõe, observados os direitos individuais e o sigilo industrial.

#### **Capítulo X**

##### **FUNDAMBIENTAL**

**Art. 72** - O Município, mediante lei, instituirá o FUNDAMBIENTAL, normatizando as diretrizes de administração do Fundo.

#### **Capítulo XI**

##### **DO PLANO DIRETOR DE ARBORIZAÇÃO**

##### **E ÁREAS VERDES**

**Art. 73** - A lei definirá as atribuições para execução, acompanhamento, fiscalização e infrações do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes de **Montanha**, além do previsto neste Código.

**Art. 74** - São objetivos do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes estabelecer diretrizes para:

**I** - arborização de ruas, comportando programas de plantio, manutenção e monitoramento;

**II** - áreas verdes públicas, compreendendo programas de implantação e recuperação, de manutenção e de monitoramento;

**III** - áreas verdes particulares, consistindo de programas de uso público, de recuperação e proteção de encostas e de monitoramento e controle;

**IV** - unidades de conservação, englobando programas de plano de manejo, de fiscalização e de monitoramento;

**V** - desenvolvimento de programas de cadastramento, de implementação de parques municipais, áreas de lazer públicas e de educação ambiental;

**VI** - desenvolvimento de programas de pesquisa, capacitação técnica, cooperação, revisão e aperfeiçoamento da legislação.

**Art. 75** - A revisão e atualização do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Serviços, bem como a sua execução e o exercício do poder de polícia quanto às normas desta lei.

## **Capítulo XII DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 76** - A educação ambiental, em todos os níveis de ensino da rede municipal, e a conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente, são instrumentos essenciais e imprescindíveis para a garantia do equilíbrio ecológico e da sadia qualidade de vida da população.

**Art. 77** - O Poder Público, na rede escolar municipal e na sociedade, deverá:

**I** - apoiar ações voltadas para introdução da educação ambiental em todos os níveis de educação formal e não formal;

**II** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino da rede municipal;

**III** - fornecer suporte técnico/conceitual nos projetos ou estudos interdisciplinares das escolas da rede municipal voltados para a questão ambiental;

**IV** - articular-se com entidades jurídicas e não governamentais para o desenvolvimento de ações educativas na área ambiental no Município, incluindo a formação e capacitação de recursos humanos;

**V** - desenvolver ações de educação ambiental junto à população do Município.

## **Livro II**

### **PARTE ESPECIAL**

#### **Título I**

#### **DO CONTROLE AMBIENTAL**

##### **Capítulo I**

##### **DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO CONTROLE DA POLUIÇÃO**

**Art. 78** - A qualidade ambiental será determinada nos termos dos artigos 37, 38 e 39 deste Código.

**Art. 79** - É vedado o lançamento ou a liberação nas águas, no ar ou no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia, que cause comprovada poluição ou degradação ambiental, ou acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

**Art. 80** - Sujeitam-se ao disposto neste Código todas as atividades, empreendimentos, processos, operações, dispositivos móveis ou imóveis, meios de transportes, que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar poluição ou degradação do meio ambiente.

**Art. 81** - O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, tem o dever de determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ou degradação do meio ambiente ou impedir sua continuidade, em casos de grave ou iminente risco para a saúde pública e o meio ambiente, observado a legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de episódio crítico e durante o período em que esse estiver em curso poderá ser determinada a redução ou paralisação de quaisquer atividades nas áreas abrangidas pela ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Art. 82** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo é o órgão competente do Poder Executivo Municipal para o exercício do poder de polícia nos termos e para os efeitos deste Código, cabendo-lhe, dentre outras:

**I** - estabelecer exigências técnicas relativas a cada estabelecimento ou atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora;

**II** - fiscalizar o atendimento às disposições deste Código, seus regulamentos e demais normas dele decorrentes, especialmente às resoluções do COMEA;

**III** - estabelecer penalidades pelas infrações às normas ambientais;



**IV** - dimensionar e quantificar o dano visando a responsabilizar o agente poluidor ou degradador.

**Art. 83** - As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as empresas e entidades públicas da administração indireta, cujas atividades sejam potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras, ficam obrigadas ao cadastro no SICA.

**Art. 84** - Não será permitida a implantação, ampliação ou renovação de quaisquer licenças ou alvarás municipais de instalações ou atividades em débito com o Município, em decorrência da aplicação de penalidades por infrações à legislação ambiental.

**Art. 85** - As revisões periódicas dos critérios e padrões de lançamentos de efluentes, poderão conter novos padrões bem como substâncias ou parâmetros não incluídos anteriormente no ato normativo.

#### **Seção I**

#### **DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS**

**Art. 86** - A extração mineral de saibro, areia, argilas e terra vegetal são reguladas por esta seção e pela norma ambiental pertinente.

**Art. 87** - A exploração de jazidas das substâncias minerais dependerá sempre de EPIA/RIMA para o seu licenciamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando do licenciamento, será obrigatória a apresentação de projeto de recuperação da área degradada pelas atividades de lavra.

**Art. 88** - O requerimento de licença municipal para a realização de obras, instalação, operação e ampliação de extração de substâncias minerais, será instruído pelas autorizações estaduais e federais.

## **Capítulo II**

### **DO AR**

**Art. 89** - Na implementação da política municipal de controle da poluição atmosférica, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

**I** - exigência da adoção das melhores tecnologias de processo industrial e de controle de emissão, de forma a assegurar a redução progressiva dos níveis de poluição;

**II** - melhoria na qualidade ou substituição dos combustíveis e otimização da eficiência do balanço energético;

**III** - implantação de procedimentos operacionais adequados, incluindo a implementação de programas de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de controle da poluição;

**IV** - adoção de sistema de monitoramento periódico ou contínuo das fontes por parte das empresas responsáveis, sem prejuízo das atribuições de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**V** - integração dos equipamentos de monitoramento da qualidade do ar, numa única rede, de forma a manter um sistema adequado de informações;

**VI** - proibição de implantação ou expansão de atividades que possam resultar em violação dos padrões fixados;

VII - seleção de áreas mais propícias à dispersão atmosférica para a implantação de fontes de emissão, quando do processo de licenciamento, e a manutenção de distâncias mínimas em relação a outras instalações urbanas, em particular hospitais, creches, escolas, residências e áreas naturais protegidas.

**Art. 90** - Deverão ser respeitados, entre outros, os seguintes procedimentos gerais para o controle de emissão de material particulado:

I - na estocagem a céu aberto de materiais que possam gerar emissão por transporte eólico:

a) disposição das pilhas feita de modo a tornar mínimo o arraste eólico;

b) umidade mínima da superfície das pilhas, ou cobertura das superfícies por materiais ou substâncias selantes ou outras técnicas comprovadas que impeçam a emissão visível de poeira por arraste eólico;

c) a arborização das áreas circunvizinhas compatível com a altura das pilhas, de modo a reduzir a velocidade dos ventos incidentes sobre as mesmas.

II - as vias de tráfego interno das instalações comerciais e industriais deverão ser pavimentadas, ou lavadas, ou umectadas com a frequência necessária para evitar acúmulo de partículas sujeitas a arraste eólico;

III - as áreas adjacentes às fontes de emissão de poluentes atmosféricos, quando descampadas, deverão ser objeto de programa de reflorestamento e arborização, por espécies e manejos adequados;

**IV** - sempre que tecnicamente possível, os locais de estocagem e transferência de materiais que possam estar sujeitos ao arraste pela ação dos ventos, deverão ser mantidos sob cobertura, ou enclausurados ou outras técnicas comprovadas;

**V** - as chaminés, equipamentos de controle de poluição do ar e outras instalações que se constituam em fontes de emissão, efetivas ou potenciais, deverão ser construídas ou adaptadas para permitir o acesso de técnicos encarregados de avaliações relacionadas ao controle da poluição.

**Art. 91 - Ficam vedadas:**

**I** - a queima ao ar livre de materiais que comprometam de alguma forma o meio ambiente ou a sadia qualidade de vida;

**II** - a emissão de fumaça preta acima de 20% (vinte por cento) da Escala Ringelman, em qualquer tipo de processo de combustão, exceto durante os 2 (dois) primeiros minutos de operação, para os veículos automotores, e até 5 (cinco) minutos de operação para outros equipamentos;

**III** - a emissão visível de poeiras, névoas e gases, excetuando-se o vapor d'água, em qualquer operação de britagem, moagem e estocagem;

**IV** - a emissão de odores que possam criar incômodos à população;

**V** - a emissão de substâncias tóxicas, conforme enunciado em legislação específica;

**VI** - a transferência de materiais que possam provocar emissões de poluentes atmosféricos acima dos padrões estabelecidos pela legislação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O período de 5 (cinco) minutos referidos no inciso II, poderá ser ampliado até o máximo de 10 (dez) minutos, nos casos de justificada limitação tecnológica dos equipamentos.

**Art. 92** - As fontes de emissão deverão, a critério técnico fundamentado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, apresentar relatórios periódicos de medição, com intervalos não superiores a 1 (um) ano, dos quais deverão constar os resultados dos diversos parâmetros ambientais, a descrição da manutenção dos equipamentos, bem como a representatividade destes parâmetros em relação aos níveis de produção.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Deverão ser utilizadas metodologias de coleta e análise estabelecidas pela ABNT ou pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, homologadas pelo COMEA.

**Art. 93** - São vedadas à instalação e ampliação de atividades que não atendam às normas, critérios, diretrizes e padrões estabelecidos por esta lei.

§ 1º - Todas as fontes de emissão existentes no Município deverão se adequar ao disposto neste Código, nos prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, não podendo exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da vigência desta lei.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo poderá reduzir este prazo nos casos em que os níveis de emissão ou os incômodos causados à população sejam significativos.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo poderá ampliar os prazos por motivos que não dependem dos interessados desde que devidamente justificado.

**Art. 94** - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, baseada em parecer técnico, procederá à elaboração periódica de proposta de revisão dos limites de emissão previstos neste Código, sujeito à apreciação do COMEA, de forma a incluir outras substâncias e adequá-los aos avanços das tecnologias de processo industrial e controle da poluição.

### **Capítulo III** **DA ÁGUA**

**Art. 95** - A Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos objetiva:

**I** - proteger a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população;

**II** - proteger e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes, os manguezais, os estuários e outras relevantes para a manutenção dos ciclos biológicos;

**III** - reduzir, progressivamente, a toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água;

**IV** - compatibilizar e controlar os usos efetivos e potenciais da água, tanto qualitativa quanto quantitativamente;

**V** - controlar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem;

**VI** - assegurar o acesso e o uso público às águas superficiais e costeiras, exceto em áreas de nascentes e outras de preservação permanente, quando expressamente disposto em norma específica;

**VII** - o adequado tratamento dos efluentes líquidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

**Art. 96** - A ligação de esgoto sem tratamento adequado a rede de drenagem pluvial equivale à transgressão do inciso I, do art. 95, deste Código.

**Art. 97** - Toda edificação fica obrigada a ligar o esgoto doméstico, no sistema público de esgotamento sanitário, quando da sua existência.

**Art. 98** - As diretrizes deste Código, aplicam-se a lançamentos de quaisquer efluentes líquidos provenientes de atividades efetiva e potencialmente poluidoras instaladas no Município de Montanha, em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, diretamente ou através de quaisquer meios de lançamento, incluindo redes de coleta e emissários.

**Art. 99** - Os critérios e padrões estabelecidos em legislação deverão ser atendidos, também, por etapas ou áreas específicas do processo de produção ou geração de efluentes, de forma a impedir a sua diluição e assegurar a redução das cargas poluidoras totais.

**Art. 100** - Os lançamentos de efluentes líquidos não poderão conferir aos corpos receptores características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade de água em vigor, ou que criem obstáculos ao trânsito de espécies migratórias, exceto na zona de mistura.

**Art. 101** - Serão consideradas, de acordo com o corpo receptor, com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ouvindo o COMEA, as áreas de mistura fora dos padrões de qualidade.

**Art. 102** - A captação de água, interior e costeira, superficial ou subterrânea, deverá atender aos requisitos estabelecidos pela legislação específica, sem prejuízo às demais exigências legais, a critério técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

**Art. 103** - As atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou degradadoras e de captação de água, implementarão programas de monitoramento de efluentes e da qualidade ambiental em suas áreas de influência, previamente estabelecidos ou aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, integrando tais programas o Sistema Municipal de Informações e Cadastros Ambientais - SICA.

§ 1º - A coleta e análise dos efluentes líquidos deverão ser baseadas em metodologias aprovadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

§ 2º - Todas as avaliações relacionadas aos lançamentos de efluentes líquidos deverão ser feitas para as condições de dispersão mais desfavoráveis, sempre incluída a previsão de margens de segurança.

§ 3º - Os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo terão acesso a todas as fases do monitoramento que se refere o *caput* deste artigo, incluindo procedimentos laboratoriais.

**Art. 104** - A critério da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, as atividades efetivas



ou potencialmente poluidoras deverão implantar bacias de acumulação ou outro sistema com capacidade para as águas de drenagem, de forma a assegurar o seu tratamento adequado.

§ 1º - O disposto no *caput* deste artigo aplica-se às águas de drenagem correspondentes à precipitação de um período inicial de chuvas a ser definido em função das concentrações e das cargas de poluentes.

§ 2º - A exigência da implantação de bacias de acumulação poderá estender-se às águas eventualmente utilizadas no controle de incêndios.

#### Capítulo IV DO SOLO

**Art. 105** - A proteção do solo no Município visa:

**I** - garantir o uso racional do solo urbano, através dos instrumentos de gestão competentes, observadas as diretrizes ambientais contidas no Plano Diretor Urbano;

**II** - garantir a utilização do solo cultivável, através de adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias e manejos;

**III** - priorizar o controle da erosão, a contenção de encostas e o reflorestamento das áreas degradadas;

**IV** - priorizar a utilização de controle biológico de pragas.

**Art. 106** - O Município deverá implantar adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação,

reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados.

**Art. 107** - A disposição de quaisquer resíduos no solo, sejam líquidos, gasosos ou sólidos, só será permitida mediante comprovação de sua degradabilidade e da capacidade do solo de autodepurar-se levando-se em conta os seguintes aspectos:

I - capacidade de percolação;

II - garantia de não contaminação dos aquíferos subterrâneos;

III - limitação e controle da área afetada;

IV - reversibilidade dos efeitos negativos.

**Parágrafo Único** - A produção, distribuição, comercialização, utilização e destinação final de produtos agrotóxicos e outros biocidas, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecerão legislação federal e estadual pertinente, cabendo SIMMA dos respectivos órgãos competentes, seu controle, fiscalização e, quando necessário, as cominações penais cabíveis.

## **Capítulo V**

### **DO CONTROLE DA EMISSÃO DE RUÍDOS**

**Art. 108** - O controle da emissão de ruídos no Município visa garantir o sossego e bem-estar público, evitando sua perturbação por emissões excessivas ou incômodas de sons de qualquer natureza ou que contrariem os níveis máximos fixados em lei ou regulamento.

**Art. 109** - Para os efeitos deste Código consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

**I** - poluição sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar público ou transgrida as disposições fixadas na norma competente;

**II** - som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de frequência de 16 Hz a 20 Khz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;

**III** - ruídos: qualquer som que cause ou possa causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos ou fisiológicos negativos em seres humanos;

**IV** - zona sensível a ruídos: são as áreas situadas no entorno de hospitais, escolas, creches, unidades de saúde, bibliotecas, asilos e área de preservação ambiental.

**Art. 110** - Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo:

**I** - elaborar a carta acústica do Município de **Montanha**;

**II** - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos e exercer o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

**III** - aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na legislação vigente;

**IV** - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

V - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir ruídos em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

VI - organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) causas, efeitos e métodos de atenuação e controle de ruídos e vibrações,

b) esclarecimentos sobre as proibições relativas às atividades que possam causar poluição sonora.

**Art. 111** - A ninguém é lícito, por ação ou omissão, dar causa ou contribuir para a ocorrência de qualquer ruído.

**Art. 112** - Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento, fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos, observado o disposto no zoneamento previsto em legislação municipal.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os níveis máximos de som nos períodos diurno e noturno serão fixados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo.

**Art. 113** - Fica proibido o uso ou a operação, inclusive comercial, de instrumentos ou equipamentos, de modo que o som emitido provoque ruído.

## **Capítulo VI**

### **DO CONTROLE DA POLUIÇÃO VISUAL**

**Art. 114** - A exploração ou utilização de veículos de divulgação presentes na paisagem urbana e visíveis dos logradouros públicos, poderá ser promovida por pessoas físicas ou jurídicas, desde que autorizadas pelo órgão competente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Todas as atividades que industrializem, fabriquem ou comercializem veículos de divulgação ou seus espaços, devem ser cadastradas no órgão competente.

**Art. 115** - O assentamento físico dos veículos de divulgação nos logradouros públicos só será permitido nas seguintes condições:

- I - quando contiver anúncio institucional;
- II - quando contiver anúncio orientador.

**Art. 116** - São considerados anúncios quaisquer indicações executadas sobre veículos de divulgação presentes na paisagem urbana, visíveis dos logradouros públicos, cuja finalidade seja a de promover estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, empresas, produtos de quaisquer espécies, idéias, pessoas ou coisas, classificando-se em:

- I - anúncio indicativo: indica ou identifica estabelecimentos, propriedades ou serviços;
- II - anúncio promocional: promove estabelecimentos, empresas, produtos, marcas, pessoas, idéias ou coisas;
- III - anúncio institucional: transmite informações do poder público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade civil, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial;

**IV** - anúncio orientador: transmite mensagens de orientações, tais como de tráfego ou de alerta;

**V** - anúncio misto: é aquele que transmite mais de um dos tipos anteriormente definidos.

**Art. 117** - Considera-se paisagem urbana a configuração resultante da contínua e dinâmica interação entre os elementos naturais, os elementos edificados ou criados e o próprio homem, numa constante relação de escala, forma, função e movimento.

**Art. 118** - São considerados veículos de divulgação, ou simplesmente veículos, quaisquer equipamentos de comunicação visual ou audiovisual utilizados para transmitir anúncios ao público, segundo a classificação que estabelecer a resolução do COMEA.

**Art. 119** - É considerada poluição visual qualquer limitação à visualização pública de monumento natural e de atributo cênico do meio ambiente natural ou criado, sujeitando o agente, a obra, o empreendimento ou a atividade ao controle ambiental, nos termos deste Código, seus regulamentos e normas decorrentes.

## **Capítulo VII**

### **DO CONTROLE DAS ATIVIDADES PERIGOSAS**

**Art. 120** - É dever do Poder Público controlar e fiscalizar a produção a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de substâncias ou produtos perigosos, bem como as técnicas, os métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a sadia qualidade de vida e do meio ambiente.

**Art. 121** - São vedados no Município, entre outros que proibir este Código:

**I** - o lançamento de esgoto *in natura*, em corpos d'água;

**II** - a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono;

**III** - a fabricação, comercialização, transporte, armazenamento e utilização de armas químicas e biológicas;

**IV** - a instalação de depósitos de explosivos, para uso civil;

**V** - a exploração de pedreira;

**VI** - a utilização de metais pesados em quaisquer processos de extração, produção e beneficiamento que possam resultar na contaminação do meio ambiente natural;

**VII** - a produção, o transporte, a comercialização e o uso de medicamentos, bióxidos, agrotóxicos, produtos químicos ou biológicos cujo emprego seja proibido no território nacional, por razões toxicológicas, farmacológicas ou de degradação ambiental;

**VIII** - a produção ou o uso, o depósito, a comercialização e o transporte de materiais e equipamentos ou artefatos que façam uso de substâncias radioativas, observadas as outorgações emitidas pelos órgãos competentes e devidamente licenciados e cadastrados pelo SIMMA;

**IX** - a disposição de resíduos perigosos sem os tratamentos adequados a sua especificidade.

## **Seção II**

### **DO TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS**

**Art. 122** - As operações de transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas, no território do Município, serão reguladas pelas disposições deste Código e da norma ambiental competente.

**Art. 123** - São consideradas cargas perigosas, para os efeitos deste Código, aquelas constituídas por produtos ou substâncias efetiva ou potencialmente nocivas à população, aos bens e ao meio ambiente, assim definidas e classificadas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas - ABNT, e outras que o COMEA considerar.

**Art. 124** - Os veículos, as embalagens e os procedimentos de transporte de cargas perigosas devem seguir as normas pertinentes da ABNT e a legislação em vigor, e encontrar-se em perfeito estado de conservação, manutenção e regularidade e sempre devidamente sinalizados.

**Art. 125** - É vedado o transporte de cargas perigosas dentro do Município de **Montanha**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Quando inevitável, o transporte de carga perigosa no Município de **Montanha**, será precedido de autorização expressa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, que estabelecerão os critérios especiais de identificação e as medidas de segurança que se fizerem necessárias em função da periculosidade.

## **Título II**

### **DO PODER DE POLÍCIA AMBIENTAL**

#### **Capítulo I**

##### **DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**



**Art. 126** - A fiscalização do cumprimento das disposições deste Código e das normas dele decorrentes será realizada pelos agentes de proteção ambiental, pelos demais servidores públicos para tal fim designados e pelas entidades não governamentais, nos limites da lei.

**Art. 127** - Consideram-se para os fins deste capítulo os seguintes conceitos:

**advertência:** é a intimação do infrator para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções.

**apreensão:** ato material decorrente do poder de polícia e que consiste no privilégio do poder público de assenhorear-se de objeto ou de produto da fauna ou da flora silvestre.

**auto:** instrumento de assentamento que registra, mediante termo circunstanciado, os fatos que interessam ao exercício do poder de polícia.

**auto de constatação:** registra a irregularidade constatada no ato da fiscalização, atestando o descumprimento preterido ou iminente da norma ambiental e adverte o infrator das sanções administrativas cabíveis.

**auto de infração:** registra o descumprimento de norma ambiental e consigna a sanção pecuniária cabível.

**demolição:** destruição forçada de obra incompatível com a norma ambiental.

**embargo:** é a suspensão ou proibição da execução de obra ou implantação de empreendimento.

**fiscalização:** toda e qualquer ação de agente fiscal credenciado visando ao exame e verificação do atendimento as disposição

contidas na legislação ambiental, neste regulamento e nas normas deles decorrentes.

**infração:** é o ato ou omissão contrário à legislação ambiental, a este Código e às normas deles decorrentes.

**infrator:** é a pessoa física ou jurídica cujo ato ou omissão, de caráter material ou intelectual, provocou ou concorreu para o descumprimento da norma ambiental.

**interdição:** é a limitação, suspensão ou proibição do uso de construção, exercício de atividade ou condução de empreendimento.

**intimação:** é a ciência ao administrado da infração cometida, da sanção imposta e das providências exigidas, consubstanciada no próprio auto ou em edital.

**multa:** é a imposição pecuniária singular, diária ou cumulativa, de natureza objetiva a que se sujeita o administrado em decorrência da infração cometida.

**poder de polícia:** é a atividade da administração que, limitando ou disciplinando direito, interesse, atividade ou empreendimento, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à proteção, controle ou conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida no Município de **Montanha**.

**reincidência:** é a perpetração de infração da mesma natureza ou de natureza diversa, pelo agente anteriormente autuado por infração ambiental. No primeiro caso trata-se de reincidência específica e no segundo de reincidência genérica. A reincidência observará um prazo máximo de 5 (cinco) anos entre uma ocorrência e outra.

**Art. 128** - No exercício da ação fiscalizadora serão assegurados aos agentes fiscais credenciados o livre acesso e a permanência, pelo tempo necessário, nos estabelecimentos públicos ou privados.

**Art. 129** - Mediante requisição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, o agente credenciado poderá ser acompanhado por força policial no exercício da ação fiscalizadora.

**Art. 130** - Aos agentes de proteção ambiental credenciados compete:

**I** - efetuar visitas e vistorias;

**II** - verificar a ocorrência da infração;

**III** - lavrar o auto correspondente fornecendo cópia ao autuado;

**IV** - elaborar relatório de vistoria;

**V** - exercer atividade orientadora visando a adoção de atitude ambiental positiva.

**Art. 131** - A fiscalização e a aplicação de penalidades de que tratam este regulamento dar-se-ão por meio de:

**I** - auto de constatação;

**II** - auto de infração;

**III** - auto de apreensão;

**IV** - auto de embargo;

V - auto de interdição;

VI - auto de demolição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os autos serão lavrados em três vias destinadas:

a) a primeira, ao atuado;

b) a segunda, ao processo administrativo;

c) a terceira, ao arquivo.

**Art. 132** - Constatada a irregularidade, será lavrado o auto correspondente, dele constando:

I - o nome da pessoa física ou jurídica atuada, com respectivo endereço;

II - o fato constitutivo da infração e o local, hora e data respectivos;

III - o fundamento legal da autuação;

IV - a penalidade aplicada e, quando for o caso, o prazo para correção da irregularidade;

V - nome, função e assinatura do atuante;

VI - prazo para apresentação da defesa.

**Art. 133** - Na lavratura do auto, as omissões ou incorreções não acarretarão nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinação da infração e do infrator.

**Art. 134** - A assinatura do infrator ou seu representante não constitui formalidade essencial à validade do auto, nem implica em confissão, nem a recusa constitui agravante.

**Art. 135** - Do auto será intimado o infrator:

- I - pelo autuante, mediante assinatura do infrator;
- II - por via postal, fax ou telex, com prova de recebimento;
- III - por edital, nas demais circunstâncias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O edital será publicado uma única vez, em órgão de imprensa oficial, ou em jornal de grande circulação.

**Art. 136** - São critérios a serem considerados pelo autuante na classificação de infração:

- I - a maior ou menor gravidade;
- II - as circunstâncias atenuantes e as agravantes;
- III - os antecedentes do infrator.

**Art. 137** - São consideradas circunstâncias atenuantes:

- I - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, em conformidade com normas, critérios e especificações determinadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**II** - comunicação prévia do infrator às autoridades competentes, em relação a perigo iminente de degradação ambiental;

**III** - colaboração com os agentes e técnicos encarregados da fiscalização e do controle ambiental;

**IV** - o infrator não ser reincidente e a falta cometida ser de natureza leve.

**Art. 138** - São consideradas circunstâncias agravantes:

**I** - cometer o infrator reincidência específica ou infração continuada;

**II** - ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

**III** - coagir outrem para a execução material da infração;

**IV** - ter a infração conseqüência grave ao meio ambiente;

**V** - deixar o infrator de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente;

**VI** - ter o infrator agido com dolo;

**VII** - atingir a infração áreas sob proteção legal.

**Art. 139** - Havendo concurso de circunstância atenuante e agravante, a pena será aplicada levando-as em consideração, bem como o conteúdo da vontade do autor.

## **Capítulo II**

### **DAS PENALIDADES**

**Art. 140** - Os responsáveis pela infração ficam sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas independentemente:

**I** - advertência por escrito em que o infrator será intimado para fazer cessar a irregularidade sob pena de imposição de outras sanções;

**II** - multa simples, diária ou cumulativa, de 50 (cinquenta) a 5000 (cinco mil) WRTEs (Valor de Referência do Tesouro Estadual);

**III** - apreensão de produtos e subprodutos da fauna e flora silvestres, instrumentos, apetrechos e equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

**IV** - embargo ou interdição temporária de atividade até correção da irregularidade;

**V** - cassação de alvarás e licenças, e a conseqüente interdição definitiva do estabelecimento autuado, a serem efetuadas pelos órgãos competentes do Executivo Municipal, em especial a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em cumprimento a parecer técnico homologado pelo titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**VI** - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município;

**VII** - reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo;

**VIII** - demolição.

§ 1º - Quando o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas cominadas.

§ 2º - A aplicação das penalidades previstas neste Código não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 3º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

**Art. 141** - As penalidades poderão incidir sobre:

I - o autor material;

II - o mandante;

III - quem de qualquer modo concorra à prática ou dela se beneficie.

**Art. 142** - As penalidades previstas neste capítulo serão objeto de regulamentação por meio de ato do Poder Executivo Municipal.

**Art. 143** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prever classificação e graduação das infrações e penalidades aplicáveis, fundamentado nas previsibilidades desta lei e demais legislações pertinentes, considerando essencialmente a especificidade de cada recurso ambiental.

### **Capítulo III**



## DOS RECURSOS

**Art. 144** - O autuado poderá apresentar defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do auto de infração.

**Art.145** - A impugnação da sanção ou da ação fiscal, instaura o processo de contencioso administrativo em primeira instância.

§ 1º - A impugnação será apresentada ao Protocolo Geral da Prefeitura, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento da intimação.

§ 2º - A impugnação mencionará:

I - autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamentar;

IV - os meios de provas a que o impugnante pretenda produzir, expostos os motivos que as justifiquem.

**Art. 146** - Oferecida à impugnação, o processo será encaminhado ao fiscal atuante ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, que sobre ela se manifestará, no prazo de 10 (dez) dias, dando ciência ao autuado.

**Art. 147** - Fica vedado reunir em uma só petição, impugnação ou recurso referente a mais de uma sanção ou ação fiscal, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo infrator.

**Art. 148** - Cabe ao titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo a decisão em primeira instância, sobre a defesa contra a aplicação das penalidades previstas nesta Lei e sua regulamentação.

§ 1º - As regras deste artigo aplicam-se também para recurso ao COMEA, em segunda instância, contra indeferimento de defesa pela Secretaria de Meio Ambiente e Agroturismo.

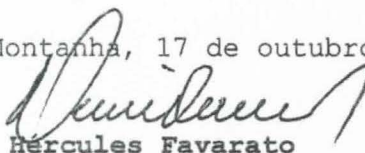
**Art. 149.** - Indeferida a defesa pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agroturismo, em primeira instância, caberá recurso ao COMEA, em segunda instância administrativa.

§ 2º - Se o processo depender de diligência, este prazo passará a ser contado a partir da conclusão daquela.

§ 3º - Fica facultado ao autuante e ao autuado juntar provas no decorrer do período em que o processo estiver em diligência.

**Art. 150** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Montanha, 17 de outubro de 2007.



**Hércules Favarato**

Prefeito Municipal